

A vida como currículo

Queila Almeida Vasconcelos

BROUGÈRE, Gilles; ULMANN, Anne-Lise (Org.). *Aprender pela vida cotidiana*. Campinas: Autores Associados, 2012. 322 p.

Este livro, organizado por Brougère e Ulmann, trata da aprendizagem construída na vida cotidiana. Os autores questionam o que podemos aprender com nossos atos rotineiros, com aquilo que nos parece banal e que ocupa a maior parte do nosso tempo, chamando a atenção para a diferença entre a aprendizagem pela vida cotidiana e a aprendizagem pelos modos canônicos de ensino. Destacam que o mundo comum é um lugar repleto de recursos e conteúdos de aprendizagem e, já no começo da leitura, permitem-nos refletir sobre como nossos currículos escolares são muitas vezes repletos de conhecimentos que são ensinados e não experienciados, diminuindo as possibilidades de os aprendentes relacionarem o que estudam com suas ações no mundo.

O livro é dividido em seis partes, que tratam de diferentes contextos da vida cotidiana. Os capítulos são compostos por textos de diversos autores, complementados com sessões que ampliam a discussão dos temas. Essas seções são: "Eu li" (resumo de livros que o autor leu sobre o tema); "Do lado da pesquisa" (relato de pesquisa com o mesmo foco); "Olhar de ator" (entrevistas com atores sociais dos contextos em discussão); "Na prática" (descrição de programas e associações comentados no texto); "Perguntas a" (entrevistas com professores universitários).

Na primeira parte do livro, "Aprender nos espaços sociais", é discutido o quanto os conteúdos sociais são fundamentais para o desenvolvimento da aprendizagem. Brougère coloca em pauta a vida diária, destacando a dimensão do cotidiano como lugar de construção de rotinas, mas também de constante mudança e inovação. Em seguida, Hakima Mounir apresenta um sistema de aprendizagens domésticas do

Marrocos, a partir do qual discute o papel das meninas e das mulheres e suas relações de socialização na reprodução de desigualdades de gênero e também de resistência a essa condição. Alain Vulbeau discute sobre as cidades educadoras (Barcelona) e sobre as cidades ensinantes (Montreal), apontando as diferenças entre a participação dos atores “educadores” e a dos atores “educados” em cada um desses conceitos, propondo, ao final, uma ideia de educação ao longo da cidade, baseada, entre outros pontos, na descentralização da escola como único espaço educativo. A experiência do migrante é o contexto analisado por Philippe Leener, que estuda o caso de imigrantes originários da África para a sociedade norte-europeia. O autor destaca dois pontos que os imigrantes são chamados a aprender: a relação consigo e com as regras. Ao finalizar a leitura dessa primeira parte, podemos nos perguntar: como pensar uma organização curricular na escola que aproxime os alunos de sua realidade e que lhes permita, de fato, aprender atuando nas diversas redes que compõem suas sociedades?

A segunda parte do livro aborda a ideia de “Aprender às margens do universo escolar”, problematizando o quanto os acontecimentos “menos formais” da experiência escolar produzem significativas experiências de aprendizagem. Julia Delalande discute o recreio como lugar de socialização e de transmissão de culturas infantis, dando destaque às aprendizagens entre pares e à relação entre prazer e envolvimento como elementos propulsores do aprendizado. Lucette Colin analisa os movimentos de intercâmbio de estudantes em países estrangeiros para a aprendizagem de outro idioma. A autora diz que a competência linguística é acompanhada pela busca de dar sentido ao cotidiano encontrado, que é diferente daquele conhecido, e como essa relação sensibiliza à alteridade. As colônias de férias são o assunto de Jean Houssaye, que considera esses espaços como potentes lugares de aprendizagem sobre a vida em comum. Encerrando a segunda parte, Ismael Ghodbane apresenta aspectos da transição dos jovens da escola para o trabalho e destaca a participação em comunidades de prática e as aprendizagens informais que elas proporcionam aos jovens, complementando os saberes institucionais para “formar competências capazes de resistir à realidade” (p. 118). Com esse tema, reflito, será nossa escola uma tentativa de formalizar os conteúdos da vida, quando deveria dar sentido às experiências vividas?

Na terceira parte, “Aprender com o lazer”, Gilles Brougère, Jean Retschitzki e Vincent Berry destacam, mediante discussões sobre o brincar, a mídia e as comunidades virtuais, que o tempo livre é também espaço de aprendizagem que compõe a vida cotidiana. Os autores destacam em seus textos a relação entre lazer e aprendizagem, a ideia de aprendizagem incidente – aquela que ocorre pelos meios de comunicação mesmo quando o indivíduo não está procurando por ela –, a contrapartida às aprendizagens negativas que a mídia produz e os espaços de aprendizagem cognitiva e social nas comunidades virtuais, constituídas como comunidades de prática e participação. O resultado dessa discussão nos dá um importante sinal de alerta sobre nossa escolarização cada vez mais produtora e menos prazerosa, que distancia os estudantes do desejo de aprender.

“Aprender no trabalho”, a quarta parte, começa com a reflexão de Anne-Lise Ulmann sobre a marginalização das aprendizagens efetuadas pelo curso do trabalho na formação de profissionais. Apontando as diferenças epistemológicas entre formação e profissionalização, a autora destaca o lugar das aprendizagens construídas pelos saberes da prática. Philippe Carré discorre sobre o papel das aprendizagens profissionais informais nas organizações, e a criação de ambientes de aprendizagem nos grupos de trabalho como importantes vetores de aperfeiçoamento. O acompanhamento em substituição à carreira é a ideia apresentada por Jean-Yves Robin na teoria de que cada indivíduo é o empreendedor de sua vida. Martine Morisse finaliza esse tópico citando as aprendizagens construídas por candidatos à certificação de qualificação profissional por meio da avaliação de seus saberes, conhecimentos e habilidades profissionais. Nesse ponto de destaque, mais uma vez, a urgente necessidade de compormos os currículos escolares de aprendizagens que deem sentido à diversidade de experiências que a vida cotidiana apresenta.

A experiência dos saberes da prática é fundamental para que os sujeitos se sintam competentes em suas ações cotidianas. Como nossas escolas têm aberto espaço às experiências associativas? Que valor temos dado a essas aprendizagens em nossas escolhas na sistemática de horários e componentes curriculares? Nesse sentido, a quinta parte, “Aprender pela vida política e associativa”, abre-se com o capítulo de Daniel Schugurensky sobre aprendizagem cidadã e participação democrática. O autor defende a ideia de um processo de experiência-aprendizagem mediante o envolvimento dos indivíduos em comunidades de prática, visto que “o melhor meio de aprender alguma coisa é fazê-la” (p. 239), e discute os efeitos da participação na democracia local para que os sujeitos aprendam o que é cidadania. Renato di Ruzza focaliza a aprendizagem de saberes múltiplos, tendo como cenário o sindicalismo; discute a distância entre os saberes dos acadêmicos e os saberes dos sindicalistas; e afirma que, devido ao repertório de saberes que a participação em sindicatos viabiliza, é fundamental que os pesquisadores os levem em consideração. Finalizando a discussão sobre democracia, Stéphane Honczyk sugere que a experiência associativa é um lugar de vida coletiva que favorece a aprendizagem cooperativa, horizontal e mútua, pois repousa em um engajamento livremente consentido para efetuar uma atividade.

O livro termina com um questionamento: “Quais as teorias para as aprendizagens no cotidiano?”. Régine Sirota destaca a socialização que ocorre na vida cotidiana por meio de uma etnografia do minúsculo, que se desenrola nas “estratégias e artimanhas do cotidiano que permitem aos atores sociais reinventar-se na multiplicidade das maneiras de dizer e de fazer” (p. 285). A autora destaca também a ideia de que as crianças são sujeitos ativos da própria socialização e que seus pares assumem tanta importância nesse processo quanto os adultos. Lysette Ngeng apresenta a teoria do “nicho de desenvolvimento”, que trata de conhecimentos compartilhados por uma comunidade, situados em um contexto específico, que permitem solucionar problemas práticos. A autora afirma que esses conhecimentos são construídos por aprendizagem ou experiência, fora e depois da escola, dando

como exemplo os vendedores de loteria que resolvem várias questões matemáticas independentemente de seu nível de instrução. A pedagogia da diversidade é referida pela autora como uma oportunidade de buscar diferentes soluções para os mesmos problemas e diminuir a superficialidade da divisão por conteúdos de ensino, presente na formação dos professores. O último capítulo é uma discussão de Gilles Brougère sobre a teoria da aprendizagem como participação: “é participando que se aprende”. O autor inicia o texto definindo “participar” como envolvimento em uma atividade coletiva; a seguir, conceitua participação periférica legítima como um tempo para descobrir e aprender as competências da participação plena, mas também para construir a identidade do sujeito como membro de uma comunidade. Com as ideias de participação progressiva e de participação guiada propostas por Barbara Rogoff, o autor finaliza o texto destacando a importância de se oferecer oportunidades para que os sujeitos se envolvam, uma vez que é o “engajamento na participação que fará desta uma aprendizagem” (p. 315).

A leitura deste livro é uma grande oportunidade de reflexão sobre como tornar a aprendizagem, de fato, uma experiência que modifica os sujeitos. Professores de crianças, de adolescentes, de jovens e de adultos podem encontrar, nas discussões apresentadas, caminhos para (re)pensar as prioridades da escola em relação aos conteúdos e às práticas pedagógicas. Afinal, qual a validade de um currículo escolar se ele não fizer sentido na vida dos estudantes?

172

Queila Almeida Vasconcelos, pedagoga, mestre e doutoranda em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na linha de pesquisa de Estudos sobre Infâncias.

queilalmeida@hotmail.com

Recebido em 30 de março de 2017

Aprovado em 11 de outubro de 2017